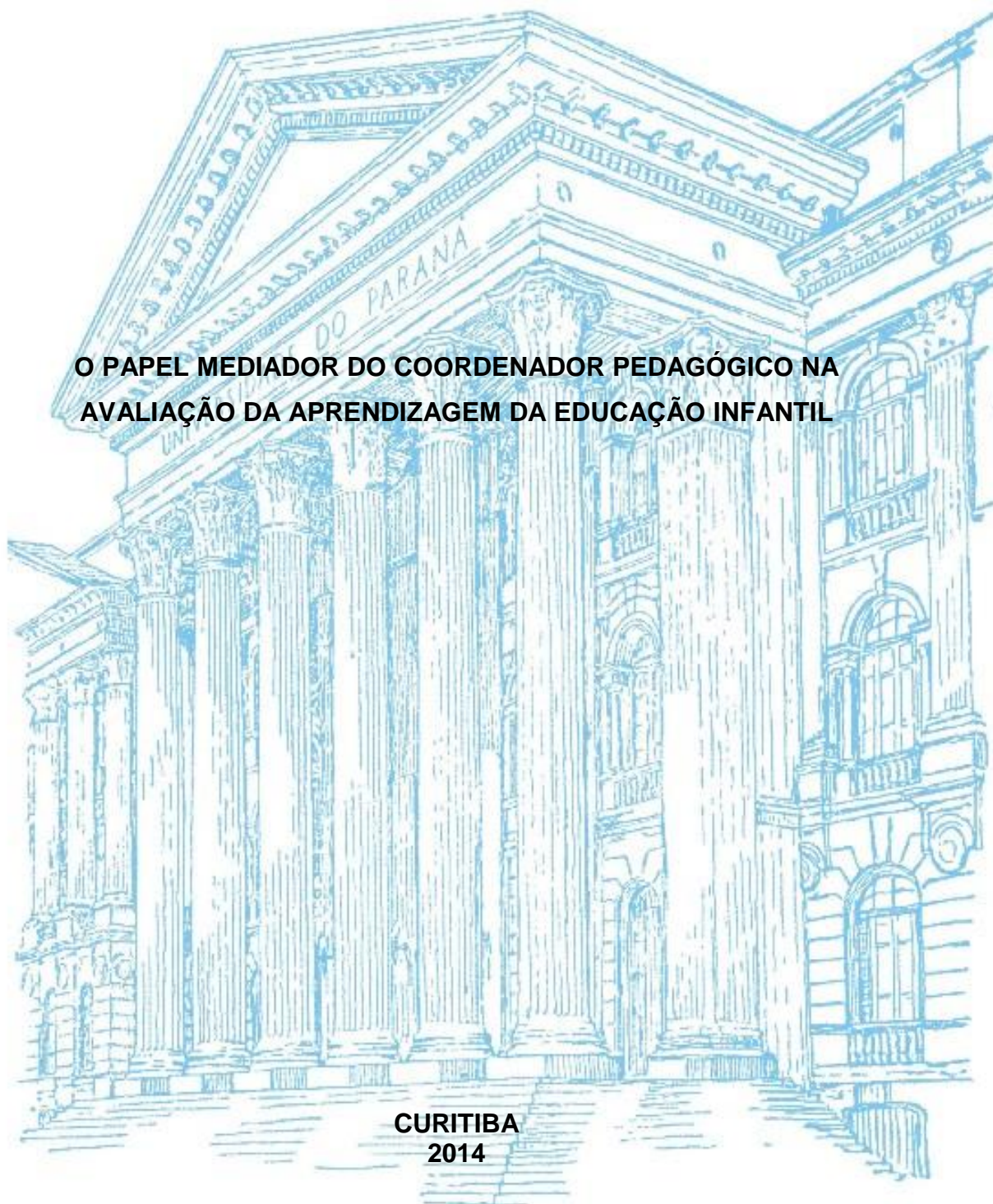


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CRISTINA RIBEIRO DA SILVA

**O PAPEL MEDIADOR DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

CURITIBA
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

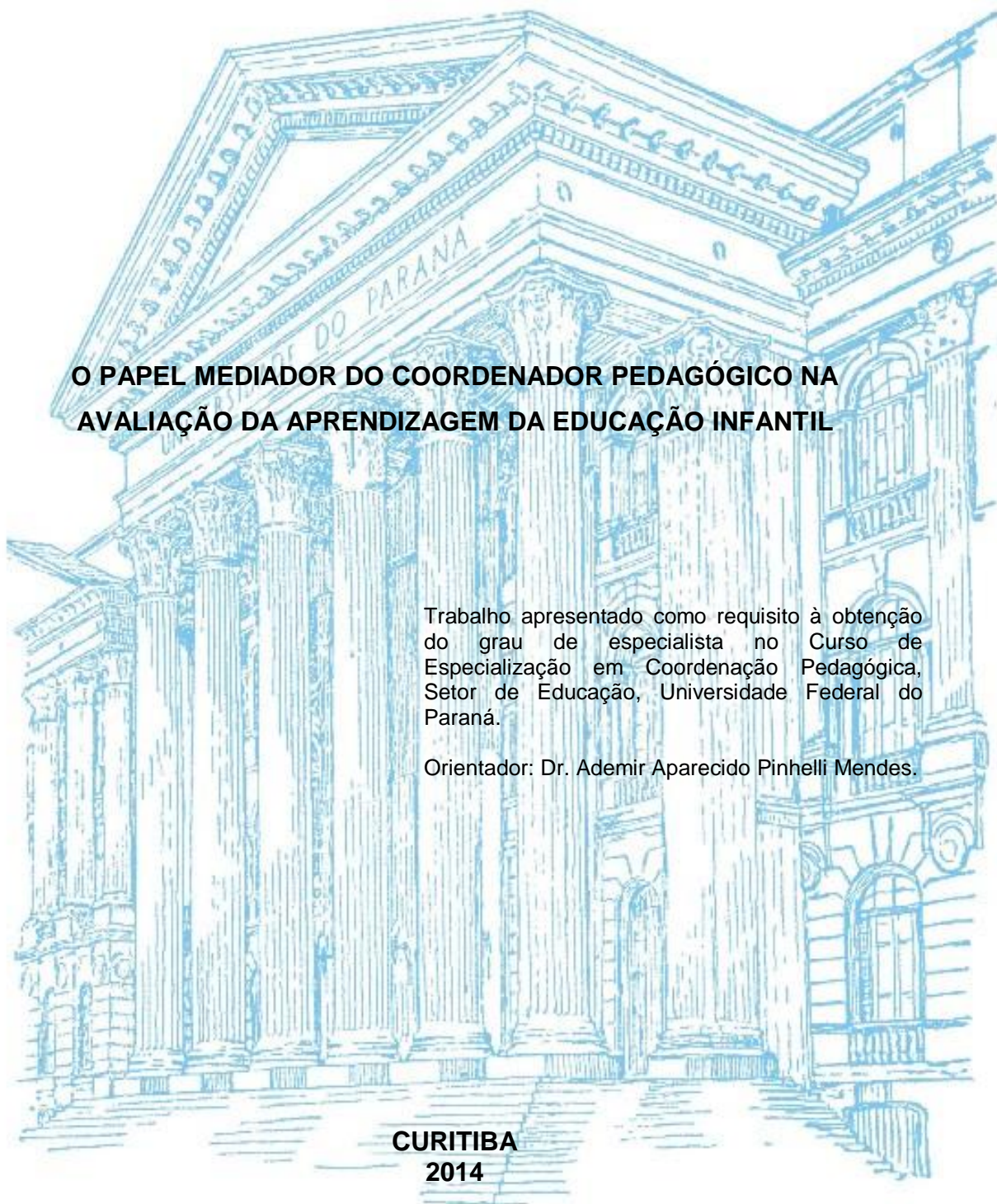
CRISTINA RIBEIRO DA SILVA

**O PAPEL MEDIADOR DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Dr. Ademir Aparecido Pinhelli Mendes.

CURITIBA
2014



O PAPEL MEDIADOR DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autora: SILVA, Cristina Ribeiro da ¹
Orientador: MENDES, Ademir Aparecido ²

RESUMO:

A avaliação por ser uma ação fundamental e necessária no processo ensino aprendizagem requer pesquisa, estudo e fundamentação teórica aliada à prática do cotidiano escolar. O presente estudo busca demonstrar a importância do papel mediador do coordenador pedagógico no momento da construção do relatório avaliativo dos alunos pertencentes à primeira etapa da educação básica conhecida como Educação Infantil no Município de Maringá. Utilizando o conceito de avaliação de Luckesi (1999) e Hoffmann (1996) os professores foram orientados e mediados pela coordenadora pedagógica no momento do registro avaliativo dos alunos de modo a assegurar a qualidade no ensino, evidenciando a avaliação como orientadora da aprendizagem e instrumento necessário para a qualidade do ensino.

PALAVRAS CHAVES: Mediação, Avaliação, Coordenador Pedagógico, Professor.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de minhas preocupações e inquietações enquanto Coordenadora Pedagógica com o olhar direcionado para a avaliação dos educadores na Educação Infantil.

¹ Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá-UEM. Pós-Graduada em Coordenação Pedagógica pela UFPR – Universidade Federal do Paraná. Coordenadora Pedagógica na PMM – Prefeitura Municipal de Maringá-PR, Brasil.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, realizando pesquisa sobre o Ensino de Filosofia no Ensino Médio. Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2008). É licenciado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1997) e tem formação em Filosofia pelo Instituto Vicentino de Filosofia (1988). É professor pesquisador, colaborador do Setor de Educação da UFPR.

Desempenhando a função de professora há 11 anos na rede de ensino particular e há 12 anos na rede municipal de ensino de Maringá, onde dividi meu tempo entre a educação infantil e ensino fundamental, constatei durante este período que independente da técnica, metodologia ou linha teórica em que se acredita o educador ainda é o responsável pelo sucesso ou fracasso do seu aluno.

Atualmente como Coordenadora Pedagógica de um Centro Municipal de Educação Infantil me senti na obrigação de buscar aperfeiçoamento profissional para no dia-a-dia lidar com os encaminhamentos e desfechos necessários em meu ambiente de trabalho. Uma das maiores preocupações diz respeito a como avaliar o aluno da Educação Infantil, e como o coordenador pedagógico pode mediar interferir e direcionar este processo buscando a qualidade ensino-aprendizagem.

Na função de coordenadora pedagógica no CMEI onde trabalho, uma das coisas que mais me preocupa e incomoda está relacionada com a avaliação do aluno realizada pelo professor.

Pensando que as educadoras em sua maioria avaliam os alunos não pelo que aprenderam e desenvolveram ou pelas suas conquistas e sim pelas suas dificuldades e fracassos questiono: a avaliação está relacionada com a má qualidade da formação profissional; o que pensam os professores, do CMEI onde trabalho, sobre a avaliação escolar?

Consideramos que a avaliação é um processo riquíssimo que tem por finalidade indicar quais caminhos devemos seguir para continuar o trabalho e assim alcançar o resultado pretendido que corresponde ao desenvolvimento global dos alunos, a avaliação deveria ser entendida como a finalização de um trabalho organizado e planejado pelo professor e não como instrumento de medida atribuindo juízo de valor, nem como ferramenta de vingança por um mau comportamento executado pelo aluno.

Analisando as mudanças existentes na área da educação e legitimadas por vários documentos oficiais como: Constituição de 1988, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior (2001), a Educação Infantil segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 define que o atendimento deve ser feito as crianças de 0 a 5 anos e oferecido em creches ou entidades de igual

valor, entendemos que a Educação Infantil deve ser respeitada e tratada com seriedade como a primeira etapa da educação básica, tendo seus objetivos claros bem organizados, planejados e aplicados alcançando resultados significativos.

Assim sendo a avaliação é uma das partes mais importantes do processo, pois permite que o educador possa acompanhar a construção do conhecimento do educando podendo fornecer informações que permitam tornar o trabalho mais efetivo, tornando-se uma prática valiosa desde que seja utilizada com o intuito de cada vez mais aperfeiçoar o ensino oferecido, ou seja, de auxiliar o aluno no seu processo de aprendizagem.

Sabemos que a avaliar significa determinar valor a alguma coisa ou ação, na educação infantil em especial percebemos que são muitos os professores que não sabem utilizar esta ferramenta de forma adequada e correta. Dessa forma o presente projeto justifica-se na medida em que pretende contribuir de maneira significativa para a formação continuada de professores da Educação Infantil, utilizando-se dos conhecimentos de autores como Luckesi e Hoffmann que apresentam caminhos para uma avaliação da aprendizagem mais formativa, mediadora, processual e contínua que colaboram para uma aprendizagem mais significativa.

Olhando para a realidade do CMEI onde trabalho, percebi que o momento da avaliação destaca-se por ser o mais temido pelos professores e educadores de uma forma geral, pois eles tendem a avaliar a criança pelo seu comportamento, pela sua vivacidade, e acabam colocando sobre a criança a responsabilidade da sua não aprendizagem. Acredito que posso na mediação com os professores estudar a avaliação do quanto o meu aluno aprendeu sobre aquilo que lhe ensinei, e se não aprendeu de que forma posso me reorganizar para que ele aprenda, entendendo que a sua aprendizagem esta intimamente ligada com a forma como eu ensino, a metodologia que uso, meu planejamento e comprometimento com meu aluno.

O objetivo geral desta pesquisa foi o de investigar como os professores da Educação Infantil entendem o processo de avaliação na Educação Infantil.

Os objetivos específicos foram: a) apresentar o conceito de avaliação segundo Luckesi (1999), Hoffmann (1996) na Educação Infantil; b) compreender como a avaliação é realizada na Educação Infantil de acordo com

os relatórios estudados e como os professores do CMEI investigado entendem a avaliação; c) análise dos dados utilizando o referencial teórico construído.

O presente estudo foi realizado em um CMEI da rede municipal de ensino da cidade de Maringá entre meses de fevereiro a maio de 2014, que atende crianças de 0 a 5 anos de idade na modalidade educação infantil. Com o intuito de observar a avaliação realizada pelas professoras que atuam nas turmas de Infantil 5, onde os alunos possuem de 4 a 5 anos. Desse modo a pesquisa pode ser denominada como documental, pois de acordo com Marconi (2003), a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados esta restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias sendo elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico. A pesquisa contou com análise de dois relatórios de aprendizagem do primeiro semestre, sendo um da turma do Infantil 5A da professora 1 (25 anos) e outro da turma do Infantil 5B da professora 2 (22 anos) deste mesmo estabelecimento de ensino, ambas com formação em Pedagogia. Foi utilizado para a análise dos dados um documento interno não formal elaborado pela própria Secretaria de Educação de Maringá intitulado “Avaliação em Situação de Aprendizagem – 4 e 5 anos”.

A análise consistiu em identificar quais os equívocos mais cometidos pelo professor no momento da avaliação e com a ajuda da mediação oferecida pelo Coordenador Pedagógico demonstrar aos participantes que podemos priorizar os conteúdos avaliados, centralizando o olhar para as capacidades que o aluno desenvolveu e não em suas incapacidades.

Depois de realizada a análise e comparação dos relatórios com questionamentos sobre os olhares dos autores foi realizada uma intervenção com a mediação da Coordenadora Pedagógica junto com as professoras que culminou com o exercício de construção de outro relatório avaliativo evidenciando as mudanças necessárias neste documento tão importante para a instituição e para a vida escolar do aluno.

A AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA O SUCESSO ESCOLAR

A Educação Infantil, reconhecida como uma das etapas da Educação Básica tem por finalidade assegurar que crianças de zero a cinco anos de idade aprendam e desenvolvam-se em sua totalidade, de acordo com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional 9.394/96 de 1996:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
Art. 30 A educação infantil será oferecida em:
I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.
Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino Fundamental. (BRASIL, 1996, Art. 29 a 31).

Sendo a avaliação condição necessária para garantir que o aluno domine os conteúdos, faz-se necessário entender um pouco sobre a avaliação. Avaliar é uma condição natural do ser humano, uma vez que executamos esta ação com tudo e todos que estão a nossa volta, sendo que os resultados podem tanto ser positivos quanto negativos.

Considera-se que ao longo da história a avaliação esteve presente na instituição escolar sendo usada de diferentes formas com diferentes objetivos, constituindo-se uma ferramenta responsável em legitimar o fracasso ou a vitória do aluno.

A avaliação deve ser um reflexo da concepção que se tem de Educação, escola e sociedade, ou seja, deve traduzir em ações a teoria em que se acredita. A avaliação envolve um ato que ultrapassa a medição de valor, exigindo decisão do que fazer ante ou com ele. A finalidade é o direcionamento da aprendizagem e seu consequente desenvolvimento, ou seja, fornecer informações sobre o processo pedagógico para permitir aos educadores decidir sobre as intervenções e redirecionamentos que se fizerem necessários para garantir a aprendizagem do aluno, segundo Jussara Hoffmann (1996) "a avaliação, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem".

O processo de ensino aprendizagem pode ter o seu momento mais importante quando em sua prática diária ocorre à avaliação, Bevenutti (2002) diz que avaliar é mediar o processo ensino/aprendizagem, é oferecer recuperação imediata, é promover cada ser humano, é vibrar junto a cada aluno em seus lentos ou rápidos progressos.

Neste contexto o professor precisa entender que um dos papéis fundamentais da sua ação diz respeito à transformação da realidade do seu aluno, e isto se faz possível quando o professor acolhe e aceita o educando da maneira como ele é, sem censura ou críticas, como destaca Luckesi:

Acolher o educando, eis o ponto básico para proceder às atividades de avaliação da aprendizagem na escola, assim como para proceder toda e qualquer prática pedagógica. Sem acolhimento, temos a recusa. E a recusa significa a impossibilidade de estabelecer um vínculo de trabalho educativo com quem esta sendo recusado, pois que está sendo excluído. (1999, p.48).

No contexto escolar encontramos a figura do coordenador pedagógico como um sujeito ativo, crítico, ciente de seus deveres como formador e mediador do processo de aprendizagem nas diferentes relações professor-coordenador, professora-gestor, professor-aluno, professor-professor, onde seu trabalho se concretiza na condução da dinâmica escolar. São muitos os desafios que ele encontra em seu caminho, uma vez que além de conteúdo o coordenador precisa de muita habilidade para estabelecer vínculos com os professores, ganhando a confiança do grupo e assim propondo mudanças.

O coordenador pedagógico surgiu entre as décadas de 70 a 90 com as transformações na educação decorrentes daquele período, sendo fruto de uma concepção progressista com a tentativa de unir novas formas de gestão escolar e de ensino aprendizagem para qualificar o desempenho da escola na sociedade.

O coordenador pedagógico precisa estabelecer uma parceria entre professores, alunos, pais e direção, garantindo um espaço de troca e diálogo, permitindo que o trabalho aconteça de forma democrática e coerente.

Entre as inúmeras funções do coordenador pedagógico na sua rotina escolar, muitas acabam por tirar o foco do seu papel principal como Falcão afirma:

Problemas ligados às características de vida do aluno, o seu ambiente familiar, às suas relações com os pais, às suas condições de saúde e nutrição; igualmente aspectos ligados à sua história escolar, seu aproveitamento em outras séries e outras matérias, suas relações com outros professores e com colegas; todos esses aspectos, ligados à vida do discente fora da sala de aula, interferem no seu aproveitamento e, conseqüentemente no trabalho do professor. (1994, p. 42)

De posse dessas informações e comparando com o ambiente escolar o qual participamos podemos afirmar que o papel do coordenador pedagógico vai além das atribuições de sua função, e que em sua rotina incansável de trabalho muitos não sabem os limites de seu papel, pois aceitam todas as exigências que lhe são impostas, executando tarefas que poderiam ser executadas por outros profissionais assumindo assim uma postura não condizente com o seu papel. Como afirma Bartiman (apud Lima, Santos):

(...) o coordenador não sabe quem é e que função deve cumprir na escola. Não sabe que objetivos persegue. Não tem claro quem é seu grupo de professores e quais as suas necessidades. Não tem consciência do seu papel de orientador e diretivo. Sabe elogiar, mas não tem coragem de criticar. Ou só critica, e não instrumentaliza. Ou só cobra, mas não orienta. (2007, p. 81)

Concordo com Bartiman quando afirma que muitos não sabem o que fazer no desempenho de sua função, pois no início da minha atuação como coordenadora também não tinha muito claro quais seriam minhas responsabilidades, e como deveria executar apropriadamente minha função. Claro que me faltava formação específica e orientações de meus superiores quanto ao meu papel, e tudo isso acabava gerando grande ansiedade e frustração em meu ambiente de trabalho.

A ação deste profissional da Coordenação Pedagógica nem sempre corresponde a sua função de planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição, pois acaba sendo obrigado a desempenhar tarefas que não lhe dizem respeito como cuidar da secretária, fazer matrícula, atender telefonemas, organizar almoxarifado de materiais, fazer controle de estoque de material expediente e resolver impasses entre

servidores da instituição o que sabemos ser da competência da direção e secretária. O que acaba ocorrendo é um “desvio de função” forçando a Coordenação Pedagógica a realizar suas atividades e também executar tantas outras que lhe são empurradas no dia-a-dia.

O coordenador pedagógico muitas vezes enfrenta uma visão caricaturada de sua ação e essa sem dúvida é uma das dificuldades encontradas por ele na execução de seu trabalho. O coordenador pedagógico não substitui o papel do professor, e nem deve ser visto como quebra-galho, pombo-correio, bombeiro, sabichão, burocrata ou profeta, mas precisa ter uma visão da vida escolar na sua amplitude ciente de suas responsabilidades junto ao grupo escolar.

Como peça fundamental no espaço escolar o coordenador pedagógico busca manter a harmonia nas relações interpessoais, valorizando toda a ação educativa com vistas para a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem, ele deve primeiro acolher os professores em suas angustias e se for necessário dar “colo”, pois é o primeiro sinal de boa vontade e aproximação. Esse acolhimento serve para ensinar o professor que ele também deve repetir o gesto com os alunos no sentido de abrir o coração, ser mais humano e repensar sua própria ação junto aos seus alunos. O coordenador deve também orientar na hora atividade e fazer uma análise crítica dos acontecimentos, para que os participantes entendam o que fizeram de certo ou errado e nunca acobertando erros, mas orientar e direcionar para o caminho correto que condiz com uma educação de qualidade onde todos os alunos possam desenvolver-se integralmente.

A avaliação possibilita refletir e investigar sobre a ação do educando e do educador para vias de transformação de sua ação docente, visando à melhora do processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Luckesi (1999), vivenciamos a “pedagogia do exame” nas instituições de ensino escolares, pois sua prática ainda é autoritária, disciplinadora e classificatória. Para o autor a avaliação precisa assumir outro significado, precisa orientar o professor e suas possíveis decisões.

Atualmente no âmbito escolar existe um modismo em achar que a culpa pela não aprendizagem está centrada no aluno. Vasconcellos afirma:

Tem-se, portanto, um quadro dramático: de um lado o professor cheio de boas intenções, mal preparado e com uma proposta equivocada; de outro lado, o conjunto dos alunos, que não tem consciência do que estão fazendo ali e não percebem o sentido daquilo que está acontecendo. Evidentemente, a situação é explosiva; os alunos das séries iniciais até que aceitam, mas o problema vai se complicando nas séries seguintes. O professor se vê desorientado diante de uma turma que rejeita aquilo que tem a oferecer. Reflete então: o erro não está naquilo que está oferecendo; o erro não está nele; logo, o erro só pode estar nos alunos que são desinteressados, sem base, dispersos, indisciplinados, cada vez mais mal-educados, irresponsáveis, etc. (2000, p.37).

Desse modo, percebemos que na prática pedagógica muitos educadores acabam distorcendo o sentido da avaliação, dando-lhe destaque como instrumento punitivo, de pressão e de controle de comportamentos dos alunos.

Mesmo na educação infantil é possível encontrar professores com práticas enraizadas no passado e tentando realizar com os pequenos, atividades e avaliações outrora praticadas no ensino fundamental. Tais educadores enganam-se em pensar que o aluno da educação infantil deva ser tratado como o aluno do ensino fundamental, pois cada qual em sua faixa etária possui suas especificidades e de acordo com os teóricos possuem seu próprio tempo de aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010):

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - a não retenção das crianças na Educação Infantil.

(BRASIL, DCN, 2010, Art. 10)

Na educação infantil a avaliação precisa ser significativa, reflexiva sobre o tipo de criança que esta sendo atendida, a diferença de faixa etária (dias, semanas, meses) que acaba exercendo forte influencia sobre o desenvolvimento de cada criança. É preciso se pensar quais são os motivos que levam os professores a realizar a observação sobre seus alunos, e a resposta a esta indagação deve levar este professor a mudar sua prática, oferecendo atividades diferenciadas, lançando mão de recursos mais atraentes, para que os alunos sejam atingidos em sua totalidade e assim a aprendizagem ocorra de fato. Hoffmann afirma:

Assim, a ação avaliativa na pré-escola deve ser essencialmente contrária a uma concepção de julgamento de resultados. Principalmente por confiar nas possibilidades próprias das crianças, negando a determinação "a priori" de comportamentos esperados, e por introduzir a perspectiva da avaliação como fundamento da ação educativa a partir da valorização das crianças em suas manifestações. (1996, p. 88)

Hoffmann (1996) em seus escritos deixa claro que os professores não devem utilizar modelos avaliatórios com a intenção de padronizar os resultados, pois a criança precisa ser respeitada e aceita dentro de sua individualidade, levando em consideração o conhecimento adquirido em suas experiências vividas dentro e fora do âmbito escolar.

Na educação infantil a avaliação deve ser continua, organizada e completa, pois passa a assumir um importante papel para direcionar a ação do professor, fazendo-o perceber em que momentos erraram, equivocou-se ou necessita retomar conteúdos. Tanto na modalidade da educação infantil quanto em outras, deparamo-nos com alunos desinteressados, desestimulados, sem limites e mal educados, e o grande desafio para o professor é avaliar esse aluno sem classifica-lo como culpado da sua não aprendizagem. Para tanto o papel do coordenador pedagógico é determinante nestas situações, pois tendo as qualidades de um comunicador nato, experiente, conhecedor das metodologias e teorias educacionais e acima de tudo com sensibilidade suficiente para saber ouvir e falar na hora certa faz dele o sujeito mais capacitado para mediar esse momento tão importante que se refere ao ato de avaliar.

ANALISE DOS DADOS

Ao realizar o exercício de análise dos relatórios avaliativos juntamente com as professoras, ficou evidente a dificuldade dos professores para lidar com a ferramenta da avaliação. Mesmo a mantenedora (SEDUC) de Maringá oferecendo anualmente cursos e palestras retomando e orientando o trabalho a ser realizado, existe uma simplicidade em avaliar a criança pelo seu comportamento e não pelo conteúdo adquirido.

Durante o exercício de questionamento sobre como foi construído o relatório várias dúvidas surgiram evidenciando que ambas as professoras consideravam os alunos “novos” e “pequenos” para aprenderem alguns conteúdos e que possivelmente eles o aprenderiam na escola de ensino fundamental.

Tais argumentos demonstram a dificuldade das professoras para compreender as capacidades que os alunos da educação infantil possuem, pois as professoras acabaram limitando a sua ação pedagógica por conta do “achismo” e não baseado em conhecimentos teóricos sobre o desenvolvimento dos alunos. Vejamos como foram realizados os relatórios avaliativos:

Luan é uma criança que ora demonstra desatenção ora demonstra desinteresse nas atividades. Reconhece seu nome, todas as cores e números. Com brinquedos pedagógicos, massinha, peças de encaixe e sucatas é egoísta e acaba brigando e batendo nos alunos por ser mandão e não tolerar o “não”. Consegue correr, pular, rolar adequadamente. Demonstra não entender o conteúdo trabalhado, pois não é participativo (Parecer Professora 1).

Thamyres é uma criança tranquila, presta atenção nas atividades pedagógicas, reconhece o seu nome com facilidade e de alguns coleguinhas também. É criativa com massinha, peças de encaixe, formas geométricas mesmo que estes sejam direcionados de acordo com as atividades. Nas demais atividades ela é participativa embora esteja em processo de aprendizagem seu desempenho é satisfatório (Parecer Professora 2).

Ao realizar a leitura de cada item dos pareceres 1 e 2 elenquei questionamentos sobre o que cada afirmação representava permitindo que as professoras realizassem uma breve análise sobre o que registraram e relatassem como de fato era o desenvolvimento dos alunos em sala de aula. Neste momento levamos em consideração todo o percurso realizado por nós

desde o planejamento dos conteúdos a serem aplicados, a forma como seriam explorados, os recursos utilizados, a reação dos alunos diante das atividades, suas dúvidas, questionamentos e demonstrações de aprendizagem adquiridas. Neste exercício de diálogo pontuei os aspectos importantes para a construção do conhecimento e que necessariamente deveriam constar no parecer final dos alunos, percebemos que os equívocos cometidos foram justificados pela falta de tempo das educadoras em realizar de fato a avaliação, culpabilizando as precárias condições de trabalho impostas pela mantenedora, pois em raros momentos usufruíam o direito a hora atividade o que acabou comprometendo desde o planejamento até a aplicação dos conteúdos. Em toda a nossa conversa ficou claro a posição das educadoras em relação aos conteúdos trabalhados, afirmando serem extensos, complexos e desnecessários para seus alunos da Educação Infantil tornando o processo ensino aprendizagem trabalhoso e reduzindo o tempo das educadoras a mero planejamento e execução.

Em relação ao planejamento ele de fato é completo e extenso, apresentando todos os conteúdos necessários para o desenvolvimento das habilidades e conhecimentos dos alunos da educação infantil, tornando-se uma ferramenta indispensável.

Depois de dialogar com as professoras sobre a importância dos conteúdos, do planejamento e da sua execução com excelência nossa conversa manteve o foco no processo de avaliação onde busquei argumentos junto a Hoffmann e Luckesi ressaltando sua importância como ferramenta orientadora em nosso trabalho. Utilizando as orientações fornecidas pela mantenedora (SEDUC) e com a mediação da Coordenadora Pedagógica reconstruímos o relatório dos alunos anteriormente apresentado por elas.

Este exercício de reconstrução permitiu-me apontar quais os caminhos e olhares que deveríamos ter ao analisar as situações de aprendizagens, sendo que o momento foi utilizado para sanar algumas dúvidas, ouvir as professoras em suas necessidades e realizar uma “troca” de conhecimentos, uma vez que “a atuação do coordenador pedagógico se dá no campo da mediação” (VASCONCELLOS p.88, 2009).

De acordo com Vieira:

Para o coordenador pedagógico, o principal objetivo de sua função é garantir um processo de ensino aprendizagem saudável e bem sucedido para os alunos do curso em que atua. Para tanto ele desempenha várias tarefas no seu cotidiano: tarefas burocráticas, atendimento a alunos e pais, cuidado e planejamento de todo o processo educativo do curso... emergências e imprevistos e, principalmente, a formação em serviço dos professores com os quais trabalha. (2003, p. 83).

Na citação acima fica evidente os vários afazeres e responsabilidades com que o coordenador pedagógico deve lidar em sua instituição de ensino, uma vez que sua função vai além de prestar atendimento a sua clientela e comunidade, ele deve mediar ações, observar as relações com o objetivo de facilitar o processo de ensino aprendizagem, realizar formações capacitando sua equipe para que tenham respaldo teórico em suas ações além de garantir que a aprendizagem de qualidade ocorra de forma significativa.

Dessa forma ao primar por um processo de ensino aprendizagem bem sucedido o documento final resultado deste exercício de mediação com as professoras responsáveis pelas turmas do Infantil 5, demonstrou-se mais completo apresentando coerência e organização, ressaltando as conquistas do aluno bem como o empenho das professoras.

Vejamos o resultado final:

No decorrer do semestre foi possível observar que Luan é um aluno tímido e que não gosta de manifestar seus pensamentos e interesses, pois mesmo com a estimulação das educadoras nas rodas de conversa não relata fatos do cotidiano escolar e familiar. Sua organização em relação aos seus pertences ainda esta em desenvolvimento, pois as educadoras precisam lembra-lo o tempo todo de guarda-los adequadamente. Quanto à coordenação motora ampla, desenvolve com acerto os comandos de pular, correr, girar, lançar entre outros, pois na realização das atividades de ginástica direcionada e brincadeiras diversas as executa com acerto. Em relação à coordenação motora fina consegue rasgar, amassar, modelar e pintar com esforço e intervenção das educadoras. Em atividades de pesquisa em revistas onde se faz necessário o recorte com tesoura, demonstra que na sua utilização está se aprimorando. Necessita da intervenção da educadora para reconhecer as letras do alfabeto A, B, C, M, F, G, J, O, E, P as quais foram trabalhadas e sistematizadas com o conteúdo; reconhece o seu nome em atividades que necessitam a utilização do crachá e na tentativa de escrita ora esquece letras ora as trocas de posição demonstrando que sua atenção esta em desenvolvimento. Faz distinção entre letras e números, e quando as educadoras pedem para que pegue uma quantidade de peças de encaixe consegue com acerto até a quantidade 8 mesmo realizando a contagem até 15. Suas representações apresentam formas humanas e o colorido em muitos momentos é incompleto demonstrando falta de interesse no término da atividade. Demonstra conhecer as cores azul, amarelo, vermelho,

verde com acerto, pois as nomeia quando as utiliza em atividades com tinta guache.

Em relação às regras da sala e CMEI necessita de intervenção para que as cumpra com acerto, na realização das atividades propostas seja em grupo ou individual necessita de muito estímulo e mediação para a sua realização. Em relação ao conteúdo órgãos dos sentidos reconhece cada um e sabe sua função. Quanto aos alimentos tem noção da diferença entre alimentos saudáveis e industrializados, demonstrando ter aprendido a diferença entre ambos, seus benefícios e consequências (Parecer Professora 1).

No decorrer do semestre foi possível observar que Thamyres é uma aluna assídua, se expressa com clareza, articula bem as palavras, pois relata acontecimentos do seu dia a dia, reconta histórias conhecidas e criadas demonstrando possuir um pensamento organizado e muita imaginação. É uma criança que precisa da interferência da professora para ser zelosa com seus pertences, pois diariamente esquece-se de guardar seus pertences, roupas e organizar sua mochila escolar. Demonstra ter um relacionamento adequado com seus colegas e professoras, pois em atividades em grupo brinca com todos demonstrando carinho e respeito. Quanto à coordenação motora ampla, desenvolve adequadamente os comandos de pular, correr, girar, lançar entre outros, pois na realização das atividades de ginástica direcionada e brincadeiras diversas as executa com acerto. Não apresenta dificuldades na coordenação motora fina, pois consegue rasgar, modelar, recortar e pintar adequadamente. Quanto às letras do alfabeto necessita de auxílio para reconhecer as que foram trabalhadas e sistematizadas com o conteúdo sendo elas as letras A, B, C, M, F, G, J, O, E. Identifica e realiza escrita do seu nome, mas na hora do registro ora acerta, ora as registra fora da ordem demonstrando que sua atenção está em desenvolvimento. Faz distinção entre letras e números, e quando as educadoras pedem para que pegue uma quantidade de peças de encaixe consegue com acerto até a quantidade cinco mesmo realizando a contagem até 10. Reconhece as partes do corpo, nomeia e desenha completando o esquema corporal. Conhece as cores azul, vermelho, amarelo e verde, pois utilizando os lápis de cor em suas produções as nomeia com acerto. Em relação às formas geométricas reconhece o círculo, quadrado e triângulo nas formas que compõem nosso ambiente escolar. Em vários momentos durante o dia demonstra agitação na realização das atividades, necessitando da mediação da educadora para que se concentre e termine a atividade. Quanto às regras da sala tenta resistir em cumpri-las em alguns momentos com palavras e gestos, mas sem sucesso. Em relação ao conteúdo órgãos dos sentidos reconhece cada um e sabe sua função. Em relação aos alimentos identifica a diferença entre alimentos saudáveis e industrializados (Parecer Professora 2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o caminho percorrido na busca de compreender o que pensam os professores sobre a avaliação escolar, foi possível constatar que as professoras envolvidas no processo de avaliação além de possuírem a formação acadêmica na mesma universidade estadual de nossa cidade,

também participaram, pelo mesmo período de tempo, de cursos e palestras de formação profissional as quais foram disponibilizadas pela mantenedora. Tais dados nos levam a imaginar que possuem uma base teórica sólida e eficiente, contrariamente a hipótese de que a má formação profissional fosse à verdadeira culpada pelos equívocos realizados no momento do exercício de avaliação. Portanto, mesmo transparecendo no discurso destas profissionais que os alunos da educação infantil seriam “novos” e “imatuross” não tendo capacidade para aprenderem determinados conteúdos do planejamento, a bagagem teórica adquirida não condiz com as ações e discursos realizados.

Durante análise dos dados coletados as professoras queixaram-se sobre as dificuldades de trabalhar com um planejamento tão extenso e complexo, questionando a sua verdadeira utilidade no processo de desenvolvimento de seus alunos. Tal fala torna claro a falta de comprometimento do professor com o trabalho realizado, demonstrando que neste segmento da educação não seria necessário realizar um trabalho sistematizado e científico, sendo que as crianças deveriam apenas brincar descompromissadamente.

Quando apresentado o conceito de avaliação segundo Luckesi (1999) e Hoffmann (1996) na Educação Infantil, demonstraram conhecer sobre a teoria lembrando fatos acadêmicos, experiências profissionais anteriores e concordando com a importância da avaliação como ferramenta reguladora de sua ação pedagógica.

No exercício de reconstrução dos relatórios as profissionais protestaram sobre a precária condição de trabalho oferecida pela mantenedora, onde o seu direito a hora atividade raramente acontecia, sendo então ela a culpada pelo registro equivocado dos relatórios avaliativos. Em contra partida nos momentos reservados ao trabalho pedagógico efetivo, várias foram às vezes que as profissionais deixavam de executar o seu papel aplicando atividades sistematizadas para então oferecer brinquedos aleatórios e desenhos animados que em nada contribuíam com o conteúdo. Neste ponto observamos uma contradição em relação à justificativa apresentada e a realidade vivenciada, pois o mesmo “tempo” que falta para a organização e registro da avaliação é o mesmo que sobra para oferecer brinquedos e deixá-los à vontade sem critérios e organização pedagógica.

Por essa razão o papel do coordenador pedagógico é essencial no cotidiano dos professores no âmbito escolar, e sua atuação firme e consciente permite que no exercício de construção dos relatórios avaliativos eles os construam priorizando o que o aluno verdadeiramente aprendeu em relação aos conteúdos pedagógicos. Essa afirmativa revela que a função realizada pelo coordenador pedagógico é imprescindível ao bom andamento dos trabalhos escolares desde a organização, planejamento, atuação e claro a avaliação dos saberes oferecido por ele. Desse modo este profissional deve estar em constante busca pelo conhecimento, atualizando-se, realizando leituras significativas, organizando, planejando, mediando, interferindo, acompanhando e avaliando as relações existentes no âmbito escolar com o olhar voltado para o desenvolvimento pedagógico e para a melhoria da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

BEVENUTTI, D. B. **Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos.** Pedagogia: a Revista do Curso. Brasileira de contabilidade. São Miguel do Oeste - SC: ano 1, n. 01, jan. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil/Secretaria de Educação Básica.** – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394.** Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. CNE/CEB. Resolução CEB Nº 01/99 – **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.**

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

HOFFMANN, Jussara M. L. **Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista.** Educação e Realidade, Porto Alegre, 1991.

_____. **Avaliação Mediadora.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1996.

_____. **Avaliação na pré-escola, um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre: Mediação, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOLDIM, J.R. **Manual de iniciação à pesquisa em saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Dacasa, 2000.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. **O coordenador pedagógico na educação básica**: Desafios e Perspectivas. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/faed/nefope/publicacoes/o-coordenador-pedagogico-na-educacao-basica-desafios-e-perspectivas>. Acesso em: 18/03/2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Verificação ou Avaliação**: O que prática a Escola? Ideias n.8, São Paulo: FDE, 1998.

_____. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais**. Eccos Revista Científica, vol. 4, fac. 02, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2002.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEC/SEB. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação**; concepção dialética libertadora da avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2000.

_____. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 11. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VIEIRA, Marili M. da Silva. **O coordenador pedagógico e os sentimentos envolvidos no cotidiano**. In. PLACCO, Vera Nigro de Souza (Org.). O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. São Paulo: Loyola, 2003.

